



A INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PROVÍNCIA DO PARANÁ – 1854-1859: REFLEXÕES A PARTIR DOS PARTICÍPES DO PROCESSO

Denize Naiara Santi¹

André Paulo Castanha²

Resumo:

A construção desse artigo tem por base algumas pesquisas desenvolvidas sobre a documentação educacional do período imperial. Considerado que durante as pesquisas, realizou-se leituras dos documentos encontrados e estudos sobre o período. A partir da leitura dos documentos levantamos algumas problemáticas, optando por estudar de forma mais efetiva as atuações dos sujeitos participantes do processo educacional. O trecho abordado no estudo vai de 1854, considerado uma referência, pois foi o primeiro ano de independência da província do Paraná, e o ano de 1859, considerando o tempo de atuação de Joaquim Ignacio Silveira da Mota como inspetor geral. Com o propósito de avançarmos no conhecimento do passado educacional, consideramos a necessidade de entender o papel dos sujeitos participantes da construção educacional, compreendendo-os como sujeitos históricos e sociais. Para tanto, buscamos considerar a atuação dos professores, inspetores e presidentes, através de seus relatórios.

Palavras-chave: Instrução Pública; Fontes Primárias; Declarações Históricas.

Introdução

A construção desse artigo tem por base algumas pesquisas desenvolvidas sobre a documentação educacional do período imperial. Considerado que durante as pesquisas, realizou-se o levantamento e catalogação da documentação educacional fazendo leituras desses documentos e estudos sobre o período. A partir dessas leituras levantamos vários temas que faziam parte da problemática educacional do período. Constatamos que esses documentos são ricos em informações para o estudo da educação no período Imperial. A partir dos documentos e das problemáticas levantadas optamos por estudar de forma mais efetiva as atuações dos sujeitos partícipes do processo educacional.

¹ Acadêmica do programa de Mestrado em Educação na Unioeste - Campus de Francisco Beltrão-PR. Membro do Grupo de Pesquisa: História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDOPR – GT local do HISTEDBR. Pedagoga pela UNIOESTE em 2014. E-mail: denize_naiaralp@hotmail.com.

² Professor do Colegiado de Pedagogia e do Mestrado em Educação da Unioeste – Campus de Francisco Beltrão – PR. Membro do Grupo de Pesquisa: História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDOPR – GT local do HISTEDBR. Historiador e mestre em Educação pela UFMT, Doutor em Educação pela UFSCar e Pós-doutor na área de Filosofia e História da Educação pela UNICAMP. E-mail: andrecastanha66@gmail.com. Professor orientador do artigo.

Ao pesquisar a documentação no período Maria Cecília Marins Oliveira realçou que:

A ênfase dada à legislação do ensino primário justifica-se porque nela estão cristalizados objetivos e diretrizes da organização e dinamização do ensino. No entanto, cumpre ressaltar que a escola, o aluno e o professor constituem as variáveis fundamentais à pesquisa (1986, p. 3).

Com o propósito de avançarmos no conhecimento do passado educacional, entendemos que para compreender a legislação, precisamos entender o papel dos sujeitos partícipes da construção da educação no período, compreendendo-os como sujeitos históricos e sociais. Para tanto, buscamos considerar a atuação de professores, inspetores e presidentes, que vivenciaram aquele momento histórico. Dentre os inspetores ganhou destaque o trabalho desenvolvido por Joaquim Ignacio Silveira da Mota, que exerceu a função entre 1856 a 1859, que muito contribuiu para a organização da instrução pública nos primeiros anos de independência da província do Paraná.

Essa pesquisa se faz importante para o âmbito educacional, pois através do estudo das leis, e da atuação dos sujeitos participantes da construção educacional, compreendemos o funcionamento e desenvolvimento da educação ao longo do tempo, e isso nos ajuda a perceber os legados à educação atual.

O recorte definido para o estudo foi 1854-1859, 1854 marcou o momento que o Paraná se tornou independente da província de São Paulo. O ano de 1859 marcou o último ano de atuação do inspetor, Joaquim Ignacio Silveira Mota, que havia assumido o posto de Inspetor Geral, em 1856. Segundo Anjos e Barbosa, Mota teve “atuação ampla nos meandros da instrução pública paranaense” sendo que “alguns presidentes, ao tratar do ensino na província, remetiam-se ao seu trabalho” (2013, p. 177).

O artigo está organizado em dois tópicos. No primeiro traçamos uma visão geral, mas breve, procurando demonstrar como a sociedade paranaense se encontrava naquele momento de consolidação sua independência, tendo como base os relatórios dos presidentes. No segundo momento, procuramos demonstrar como se encontrava a educação nos anos de 1854 a 1859, baseando-nos em relatórios dos sujeitos partícipes da construção educacional do período, iniciando pelos relatos dos professores, os inspetores da instrução pública, e os relatórios dos presidentes da província.

Breve contextualização da Província do Paraná no Período

Partindo do princípio de que o Paraná foi à última Província, “a se constituir como unidade política e administrativa autônoma no Império. Sua independência ficou marcada por uma longa luta política iniciada no período pré-independência do Brasil” (CASTANHA, 2007, p. 309), considerando que “os deputados paulistas usavam de diversas estratégias

para impedir o desmembramento, pois São Paulo perderia um território significativo e em consequência uma boa parte da renda obtida com a erva-mate e a produção de gado” (CASTANHA, 2007, p. 58). A separação entre a província do Paraná e a de São Paulo, ocorreu pela lei nº 704, somente em 19 de dezembro de 1853. Assim, o ano de 1854 é um marco, pois foi o primeiro ano de independência da província do Paraná.

Como destaca Maria Cecília Marins de Oliveira, “O sistema econômico - social paranaense, entre outras atividades econômicas, fundamentava-se nas fazendas de gado” a qual atingiu “toda a sua potencialidade nos meados do século XIX, fase em que ocorreu a emancipação política do Paraná”, porém quando as “grandes famílias que começaram a participar e influir na vida política da nova Província” houve o abandono da “criação do gado” (1982, p. 32-34). Assim se analisarmos os relatórios dos presidentes e vice-presidentes do período, constatamos que a economia paranaense após esse abandono da criação de gado voltou-se principalmente para a produção de erva-mate.

Após a independência da província, consideramos as palavras do primeiro presidente do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcelos, no relatório de 1854, no qual expôs à assembleia legislativa felicitando o “ato do poder legislativo, que conferiu á esta importante porção de território do império a categoria, á que á tanto tempo aspirava” considerando uma profunda gratidão “ao chefe supremo da nação pela solicitude” quando julgou “que era, enfim, chegada à ocasião de transformar-se a antiga e atrasada comarca da Curitiba na esperançosa província do Paraná”. Continuou destacando alguns pontos que foram reconhecidos ao instituir a Província do Paraná, considerou que era “banhada, de um lado pelo Oceano, onde lhe não faltam bons portos, de outro pelo majestoso Paraná, cortada de rios consideráveis, no gozo de um clima reconhecidamente saudável”, também fez referencia aos terrenos férteis, no qual era possível cultivar os mais variados e abundantes produtos (1854, p.1).

Continuou destacando no seu relatório de 1854, que “no espaço de tempo decorrido desde 19 de dezembro, dia da instalação da província até o presente, nenhum acontecimento houve, que abalasse, mesmo de leve, o sossego público”, enfatizou também a “harmonia e conciliação dos partidos em nova província” (1854, p. 2). De acordo com Castanha (2002) em todo território nacional, houve um período de conciliação política, entre 1853 e 1857, fato que acabou proporcionando certo desenvolvimento econômico e social no Brasil e no Paraná.

Em relação ao setor econômico da província no ano de 1854, o presidente Vasconcelos destacou em seu relatório, que o ótimo clima que a província gozava, e a fertilidade do solo auxiliava o agricultor na produção de diversos produtos, dentre eles “o trigo, o centeio, a cevada, o milho, o arroz, a batata, a cana de açúcar, o chá, o café, o fumo, o algodão, etc.”, porém alguns eram somente produzidos para o consumo próprio. Em

relação à produção do trigo, que já havia trazido grande prosperidade para a província, tinha tornando-se uma cultura praticamente abandonada, principalmente segundo o presidente pela dificuldade e a paciência que exigia a produção do trigo, pois “cumpre preparar a terra, e depor a semente, esperar que germine e frutifique, etc.”, e por esse motivo os agricultores preferiam trabalhar com a erva-mate, pois “os ervais silvestres ai estão por toda a parte sem custarem aos habitantes o mínimo trabalho, colhem-lhes as folhas, secam-nas ao fogo, no carijó, e quebrada, miudamente, está pronta erva, e vão vende-la ás fabricas” um trabalho mais fácil do que o cultivo do trigo. Por esse motivo a produção da erva-mate ganhou grandes proporções em toda a província neste período.

Porém o presidente Vasconcellos no relatório do ano seguinte apresentou “uma carta, contendo apreciações engenhosas sobre o estado atual de decadência do comércio do mate”. O presidente enfatizou que a “erva desta província é preferida nas campanhas argentinas, assim como a do Paraguai”, destacou que estava “cotada em muito baixo preço”, porém “não é isso efeito da inferioridade de sua qualidade, senão de outras causas”. Entre as causas que o presidente apresentou estavam a “falta absoluta de método mercantil”, o “grande número de agentes no Rio Prata, a quem os especuladores da província conseguiram as suas ervas” e a “falsificação, que ela sofre”. Assim apesar da erva-mate ser produzida em grandes proporções, seu estado não era lisonjeiro. (1855, p. 50-54).

O relatório do vice-presidente Henrique de Beaurepaire Rohan de 1º de março de 1856 destacou que os “hábitos agrícolas e comerciais” do povo paranaense eram “uma garantia de ordem, que nos deve por a salvo de qualquer inquietação, quanto ao estado moral do país” (1856, p. 3). Seu relatório destacou a diversidade do setor econômico do Paraná, referindo-se a “pesca nas costas da província do Paraná” que oferecia “mais de 90 espécies”, porém não formava “uma indústria exclusiva para os habitantes do litoral”, pois “os que nela se ocupam ordinariamente” o faziam “para seu próprio sustento, e apenas” vendiam “as sobras”. Em relação ao plantio do trigo admitiu que “há mais de 30 anos que a cultura do trigo fazia a riqueza de Curitiba, porém de então pra cá, desanimaram os lavradores, por causa da ferrugem, que estragava as searas”, também destacou que a erva mate vinha substituindo a plantação de trigo (1856, p. 169-171).

No relatório de 7 de janeiro de 1857, o vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes, apresentou considerações em relação a política a passividade encontrada nesse campo durante o período. Segundo ele “multiplicam-se de dia em dia os frutos dessa política generosa e verdadeiramente nacional”, e ainda acrescentou “a essa política e, mais do que a ela, a índole pacífica do povo Paranaense, submisso sempre a autoridade”. Tais afirmações comprovavam o espírito de conciliação política, existente na província, e em todo território nacional.

Em 7 de janeiro de 1858 o então presidente Francisco Liberato de Mattos, destacou em seu relatório que a agricultura não tinha o desenvolvimento que era de se esperar, principalmente porque “o trafico da erva mate, a qual, como não ignorais, tem chegado a muito alto preço, continua a atrair a maior parte da tão limitada população da província e progride com notável prejuízo da agricultura”, porque como destacou o presidente Zacarias em 1854, a produção da erva-mate era mais fácil que outras culturas, e graças ao trafico também gerava bons lucros. Uma tentativa por parte do governo em busca de mudar os hábitos dos agricultores, foi a proibição da extração do mate em determinados períodos, com o objetivo de evitar o estrago nos ervais, e incentivar a produção de outras culturas nas terras da província. Porém os moradores preferiam entre os intervalos da colheita da erva, sobreviver “com os recursos que lhes sobram de seu trafico ou se entregam a outro mister, que não ao da agricultura, ou passam o tempo na maior ociosidade”, o presidente lamentou que os terrenos da província que “produzem com abundancia a mandioca, o arroz, o café, a cana, o fumo, o milho, o centeio, a cevada, o trigo e o todos os gêneros alimentícios, compensando tão prodigiosamente os trabalhos do agricultor” não eram cultivados. (1858, p.35-36).

Francisco Liberato de Mattos, no relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial em 7 de janeiro de 1859, destacou fatores relacionados a “fertilidade da província, que tão profusamente recompensam os trabalhos agrícolas, o alto preço a que tem chegado estes produtos, ainda não puderam distrair a população do predileto trafico do mate”, enfatizou também que “sem braços, que ela a se dediquem, continua a agricultura, em geral, sem desenvolvimento”, e com graves prejuízos a terra, e além disso “a cultura de trigo, que, depois de ter estado em muito bom pé, foi abandonada”(1859, p. 31-32). Isso tudo acarretava em graves prejuízos para o desenvolvimento econômico da Província.

Podemos concluir, a partir dos relatórios, que no campo político, a província paranaense seguia em linhas gerais os aspectos nacionais, expressos por certa harmonia que reinava no período. Ao se reportar as questões econômicas, percebemos que a agricultura ganhava ênfase, porém os agricultores, principalmente os mais pobres, não sabiam tirar os devidos proveitos agrícolas, fazendo com que eles vivessem em periódicas peregrinações, cuja base da produção era a subsistência, observando também que dentre as muitas culturas que o solo paranaense poderia produzir, sobressaia-se a erva-mate, cuja produção era considerada mais fácil do que as demais.

A instrução pública na visão dos partícipes do processo

A educação pública o período teve significativas mudanças, ocasionadas pelas modificações políticas, econômicas, sociais e culturais ocorridas no Brasil. A inspeção e outros setores da educação na Província do Paraná sofreram, ao longo do período Imperial,

influências das reformas ocorridas principalmente na Corte, mas também de outras províncias. Além da constante alternância entre os partidos políticos no comando da nação impactando na conduta da educação, formulando e reformulando novas propostas.

Nesse cenário, através dos relatos e reflexões dos sujeitos partícipes da construção educacional do período, construímos uma breve explanação da situação em que se encontrava a educação. Iniciamos pelos relatórios dos professores, sujeitos diretamente ligados a instrução no período.

Em relatório de 9 de fevereiro de 1854, o professor Francisco Magalhães Assis França, destacou que a oito anos exercia “o emprego de professor interino de primeiras letras” na província, “com assiduidade e desempenho compatível” com as suas forças, porém “depois das grandes férias poucos meninos” compareciam as aulas. Segundo o professor isso tinha relação com as aulas particulares que ensinavam “de graça enquanto se empenha em obter maior número de discípulos” (MIGUEL, 2013, p. 21).

No relatório de 2 de Agosto de 1854 Aprígio Guilherme Servo professor de primeiras Letras da freguesia de Ponta Grossa, expressou algumas dificuldades enfrentadas pelos professores do período. Segundo ele “embora um professor que como segundo pai desempenhe seus deveres educando seus alunos com todo esmero, não é premiado com um louvor público”, principalmente porque “os pais de família não cooperam em coisa alguma, antes negam-lhe casa para um ensino tão útil, quão necessário” assim “os meninos cometem imensas faltas, os pais tiram-os por um e dois meses empregando-os já na roça, já no campo” também destacou a necessidade de uma casa adequada para as aulas, e dentro desses motivos, que o impediam de ensinar, pediu “demissão do atual emprego” (MIGUEL, 2013, p. 31-32).

O professor Francisco Antunes Teixeira, em seu relatório de 28 de Julho de 1854, destacou que “felizmente” tinha “uma sala bastante espaçosa” para ministrar suas aulas, porém pela localização “em dias de vento e chuva” era necessário fechar as janelas “visto não serem envidraçadas, sendo inteiramente impossível nesses dias prosseguir-se com o fruto os trabalhos no escuro”. O professor também destacou “os inconvenientes que resultam de uma sala ainda não completa para o fim a que está destinada” e ainda “a falta de alguns moveis e utensílios de que carece a aula”, também se reportou ao “notável número de meninos pobres que frequentam as escolas públicas, sendo que a estes não se ministrando grátis papel, pena e tinta” obrigando o professor a adquirir através seu próprio ordenado (MIGUEL, 2013, p. 34-35).

Destacamos também o relatório de 5 de janeiro de 1855 do professor José Duarte de Castro, pelo qual apresentou a falta dos “utensílios necessários para a escola” e justificou a necessidade de “nomeação de Inspetor de distrito” para assim “poder ter atestado de frequência a ser sua escola inspecionada” (MIGUEL, 2013, p. 45-46). Por sua vez no

relatório de julho do mesmo ano, o professor Francisco da Silva Neves, destacou que “servindo já dezoito anos neste emprego sem interrupção aos deveres de seu magistério, tem em todo este tempo pago às suas custas os alugueis da casa que leciona”, porém “com o pequeno ordenado que” recebia mal podia subsistir com sua família, assim pediu ao governo que concedesse ao “menos metade do valor que o suplicante paga de aluguéis” (MIGUEL, 2013, p.68).

Por esses poucos fragmentos verificamos as condições de trabalho dos professores: baixos ordenados, falta de casas escolares adequadas, utensílios e materiais didáticos, além da resistência dos pais em mandarem seus filhos à escola. Depois de dar voz aos professores passamos as impressões dos inspetores.

O relatório de 19 de maio de 1854 do inspetor de distrito de Paranaguá, Manoel Antônio Guimarães, destacou que a instrução “acha-se muito acabada, mesmo porque os mestres apenas persistem nas aulas” poucas horas por dia, tanto de manhã como à tarde. O inspetor ponderou que os professores “não podem instruir o número de alunos que frequentam as escolas em tão pequeno espaço”. Segundo seu relato, havia na cidade de Paranaguá “uma escola particular de meninos” regida por um professor “de pouca moral”, porém apesar disso os pais de família consideravam preferível “mandar seus filhos para essa escola” considerando que “os meninos adiantam-se muito mais que nas escolas públicas” (MIGUEL, 2013, p. 27-28).

O inspetor geral da instrução pública Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá no relatório de 13 de abril de 1855, do destacou “constando pelos mapas trimensais, procedentes dos Inspetores de Distritos” apresentou que “nas escolas do sexo masculino” a frequência era grande, contudo havia estabelecimentos que “mal tocava um palmo de banco para cada menino para assentar-se; e considerando que o ensino obrigatório” deveria “trazer para certas escolas muito maior concorrência” colocava-se “impossível nesta um eficaz aproveitamento, visto que nosso método imperfeito” mal conseguia com “que um mestre” fosse “útil a mais de trinta alunos”, assim o inspetor sugeriu “a criação de uma cadeira de segundo grau em cada uma das referidas povoações na conformidade” com a lei (MIGUEL, 2013, p. 51).

Pelo relatório de 23 de maio de 1855, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá destacou que sentia uma “profunda mágoa, sendo obrigado a declarar que apesar de ter recebido consideráveis melhoramentos, desde a instalação da Província, continua, todavia no grande atraso este primordial interesse da sociedade, da família e do individuo”. Para tanto, sugeriu algumas providências para melhorar a educação. Segundo ele era necessário primeiro: “apresentar os vencimentos dos professores em ordem de oferecer-lhes senão um futuro brilhante, ao menos cômoda honestidade;” segundo “a criação de um estabelecimento pedagógico que forme os professores, não só no conhecimento das matérias do ensino,

como no dos métodos mais apropriados” para a educação. Em relação aos inspetores, destacou “interpor por qualquer modo os Inspetores no exercício de suas funções, de modo que o professor encontre nele, não só um juiz severo”, mas um sujeito que o auxilie no “alcance de sua sublime e quase religiosa missão”. Todavia, o inspetor compreendia que a província não dispunha de recursos para implementos, assim sugeriu “a criação de novas escolas” justificando que facilitariam a eficácia do trabalho do professor, e também que o governo deveria “estimular a atividade dos Inspetores por meio de palavras animadoras” para melhorar os serviços de inspeção nas escolas (MIGUEL, 2013, p. 54-56).

Em 1856 Joaquim Ignacio Silveira da Mota assumiu o cargo de Inspetor Geral. No seu relatório de 7 de Janeiro de 1857, apresentou um levantamento geral da situação da instrução na província. Ao fazer as considerações sobre o estado da instrução o inspetor geral destacou que era “bem pouco lisonjeiro” que os “meios de propagar conhecimentos, se há conservado quase no mesmo estado, em que se achava outrora à antiga 5^o comarca de S. Paulo”. E reportando-se a opinião de Mr. Cousin enfatizou que “a falta de escola é um mal, porém uma escola ruim é uma calamidade” (1857, p. 8-9).

Diante daquela realidade o inspetor destacou que os principais “obstáculos que as leis para o ensino público” encontravam, eram “de duas ordens - materiais e morais”. De ordem material apontou o “isolamento de grande número de quarteirões e suas distancias dos lugares da escola”, e, como problemas de ordem moral considerou “apatia dos parentes, que, fora do estado de poderem avaliar os benefícios da educação, preferem tirar todo o preceito do trabalho das crianças”, que os “hábitos pastoris dos nossos homens do campo” fazem com que eles vivam em periódicas peregrinações. (1857, p. 15). A partir dessa afirmação podemos concluir que os problemas eram bem mais de ordem material do que moral.

Outro fator relevante para o fracasso da instrução apresentado em seu relatório dizia respeito a “falta de consideração com que são tratados os professores, a insignificância dos meios, que encontram para subsistir, e o desespero do futuro de que resulta que só entram nessa carreira por não contarem com outra melhor”. E acrescentou “o que se deve esperar de um professor que não tem na sua escola os precisos assentos para acomodar os alunos que a ela concorrem” precisando utilizar-se de seus próprios utensílios domésticos para conseguir ministrar sua aula, e “em muitos casos, não sendo eles bastantes, o que fará do número de alunos que lhe sobram?”. Além da falta de materiais, havia diversos motivos que desestimulavam o professor, e o futuro professor, que preferiam encontrar outras profissões a sofrer com as precárias condições que encontravam na docência. (1857, p. 16)

Em 1858 o inspetor geral Joaquim Ignacio Silveira da Mota, destacou em seu relatório baseado em Mr. Cousin que era “da constituição do governo do ensino que depende o seu futuro — tudo nasce e acaba aí, é nele que está o nervo da educação do

povo”, ressaltando a importância da educação para constituição do Império e desenvolvimento da província. Referente à inspeção destacou que esta encontrava-se “em um pé lisonjeiro, muito distante daquele em que se achava com a antiga inspeção local”, principalmente considerando o papel que as inspetorias de ensino tomavam frente as escolas, pois nas palavras do inspetor “sabe-se já do que se passa em muitas escolas e as inspetorias vão-se tornando seu legítimo complemento: assim a escola que recebe uma visita dá um passo, corrige um erro que é com critério advertido por pessoa competente”.

Continuando com as considerações destacou que ainda “aos professores interinos de um e outro sexo faltam habilitações para ensinar”, e com o proposito de eliminar maus professores, o inspetor expediu instruções, com o “inviolável propósito de escolher os pretendentes pela sua capacidade profissional”, objetivando melhorar a educação. (MOTA, 1857, p.44-47)

Outro destaque relevante do relatório do inspetor, e que influenciava na marcha que a educação tomava, era a apatia dos pais que concorria “para que esse estabelecimento não produza melhores resultados”, essa apatia tinha diversos motivos, e dificultava principalmente na questão de tornar o ensino obrigatório, porque nem todas as crianças frequentavam as escolas. (MOTA, 1857, p.53).

No final do ano de 1858 o inspetor expediu outro relatório apresentando considerações a respeito do desenvolvimento da educação ao longo deste ano. Ressaltou que havia ainda a necessidade de que “a lei do ensino obrigatório se faça extensiva a toda a província e para isso pensa que deve elevar-se a multa cominada pelo regulamento vigente contra os transgressores da mesma lei”, buscando também o estabelecimento de “casas de asilo na capital e em outros lugares, onde avulta o número de meninos indigentes”, para que se faça realmente valer a lei do ensino obrigatório e que aumente o número de alunos nas salas de aula (MOTA, 1858,p.5).

Continuou discorrendo que “no estado pois em que se acha esta fração da humanidade, a doutrina do movimento, que lhe pretendemos imprimir, não pode deixar de encontrar alguma resistência”, mesmo por “melhor que seja a índole do povo, não podemos esperar que se compenetre, no momento da eficácia dos meios de sanar seus males, nas puras teorias que se lhe oferecem”, esse de fato era uma trabalho demorado, mas que vinham dando resultado. Principiou considerando os professores “que com a reforma muito tem melhorado essa classe, da qual foram expurgados todos aqueles que se achavam em más condições”. Porém a educação estava longe de ser boa, ainda tinha muito que melhorar, considerando que poucos eram os alunos que prestavam os exames e passavam de classes nas escolas, para isso o inspetor Mota ponderou que concorriam não somente os professores, mas também:

[...] os pais, tutores e protetores dos alunos, que por desleixo ou egoísmo e algumas vezes por faltas de meios, deixam de manda-los a escola, grande parte do ano. Vê-se pois, que há duas dificuldade a vencer no intuito de instruir a adolescência. 1ª Fazer com que a família mande a escola. 2ª No emprego dos meios, quer em relação ao professor, quer a família, para que o estudo se faça judiciosamente e que fique completo. (MOTA, 1858, p.8)

E para isso considerava que “na inspeção está tudo; esta vela no progresso da pedagogia, estimula os brios do professor e torna-se o complemento da escola”, e em relação aos professores ressaltou que deveriam estudar:

O método hoje adotado, que é o simultâneo-misto, estabeleça uma judiciosa divisão de classes, não passando os alunos de umas para outras sem se mostrarem preparados na classe que deixam, interessem-se pela frequência dos alunos, entendendo-se por convencer das vantagens resultantes do ensino não interrompido e de seus esforços quando improfícuos; dê aviso as autoridades encarregadas da inspeção, para que se faça efetiva pouco a pouco e prudentemente a disposição que tornou o ensino obrigatório na área de uma quarto de légua da escola, tanto para a matrícula, como para o acabamento do ensino. (MOTA, 1858, p.10)

Pois “compenetrado o professor desses deveres e prestando-lhes a província os precisos materiais para que o mecanismo do ensino não seja perturbado”, o inspetor esperava que a organização em que se encontrava o ensino, progressivamente alargaria “o circulo da instrução na província”. (MOTA, 1858, p.10)

Após realizar uma breve explanação dos relatórios de alguns inspetores da província, trazemos também alguns relatórios dos presidentes, para compreender qual o visão do governo sobre o estado da instrução pública na província do Paraná entre 1854 e 1859.

O relatório do presidente Zacarias de Goés e Vasconcellos, primeiro presidente após a emancipação do Paraná, de 8 de fevereiro de 1855 revelou que a falta de escolas estava ligada diretamente ao número de professores que exerciam essa profissão, o presidente realça:

As diligencias de autoridade, no sentido de dar as escolas professores suficientemente habilitados, frustram-se, pela maior parte, porque quem sabe para ensinar julga-se muito mal pago com as mesquinhas remunerações do magistério na atualidade, e, portanto, busca outro meio de vida mais rendoso, e sempre fácil, em um país novo, ao homem de inteligência e atividade. (1855, p.58)

Contudo, conforme o próprio presidente ressaltou “aumentar os ordenados ao ponto de os fazer atrativos, seria onerar os cofres sem fundada esperança de obter logo o pessoal preciso”, principalmente porque para se formarem bons professores era preciso ter paciência e perseverança. (1855, p. 59)

No ano de 1856 o presidente da Província Henrique de Beaurepaie Rohan, no seu relatório de 1 de maio, constatou:

Uma das coisas, que mais me tem satisfeito, por ocasião das minhas romarias pelo interior da província, é o desejo de instrução, que domina a generalidade dos incolos, sem exceção daqueles que pertencem às classes as menos abastadas; mas o estado de pobreza, em que ordinariamente vivem, dificulta essas deslocações a que os condena a distancia que os separa das escolas. (1856, p. 31)

Para remediar aquele mal, o presidente sugere “a criação de internatos de tal modo constituídos, que pudesse o menino, a par da instrução que recebe, entregar-se a algum trabalho produtivo”, esse trabalho auxiliaria na manutenção do estabelecimento, e ainda ajudaria na constituição de uma profissão futura. (1856, p. 32)

Em 7 de Janeiro de 1858, pelo relatório encaminhado à Assembleia Legislativa, o presidente da província Francisco Liberato de Mattos, advertiu os deputados sobre a “importância do aperfeiçoamento intelectual e moral do homem”, e fez uma referência a educação, ressaltando que a “decadência em que se achava, e ainda não está no grau que fora para desejar, cumpre confessar, que muitos melhoramentos se tem obtido”. O presidente destacou que em abril do ano anterior foi aprovado “o regulamento de ordem geral para as escolas de instrução primaria, preparação, organização do professorado, condições e normas para o ensino particular primário e secundário”, o qual diretamente influiu em modificações na educação provincial. Lembrou ainda que no mesmo mês e ano foi expedido o regulamento de “inspeção da instrução pública, os quais com um ou outro retoque atingem ao seu fim”, e produziu melhoramentos no setor educacional da província. (1858, p. 29)

Na época a inspeção na província era “exercida pelo inspetor geral, por 3 inspetores de distritos, formando cada comarca 1 distrito, e por 14 sub-inspetores de escolas”. O presidente Francisco Liberato de Mattos se referiu ao inspetor geral Joaquim Ignacio Silveira da Mota considerando “seus valiosíssimos serviços em objeto de tanta transcendência, e ao qual tão estreitamente se prende o futuro da província” (1858, p. 29).

Apesar do esforço despendido para o melhoramento da instrução na província, o presidente Mattos destacou no seu relatório de 7 de janeiro 1859 que havia “falta de pessoal habilitado para o magistério, apesar das vantagens de que o tendes cercado”. Enfatizou ainda que a disseminação da população pelo vasto território provincial, e também “a falta de meios de uns, e nenhuma importância que outros ligam á cultura da inteligência”, atrapalhavam o desenvolvimento da instrução na província. (1859, p. 15)

Por esses fatores entende-se a necessidade de estudar os sujeitos partícipes da construção da instrução no período, pois através de seus relatos e reflexões compreendermos como a educação se constituiu ao longo da história. Entre esses

destacavam-se os inspetores gerais que “se configuravam como os responsáveis, por pensar nas ações para a instrução do ensino ou, pelo menos, como um elo entre as necessidades da escola e o governo provincial” (BARBOSA, 2012, p.33). Isso evidencia ainda mais a necessidade desse estudo.

Conclusões

Como destaca Barbosa (2012, p. 19) “escrever sobre a inspeção e seus sujeitos é também narrar as ações destes dentro da instrução pública”. Considera-se assim que uma pesquisa que busque entender esses sujeitos partícipes da construção educacional deve envolver todos os sujeitos e o contexto em que estão inseridos.

Assim sendo, considera-se necessário que o historiador, durante o percurso de sua pesquisa, abranja todos os aspectos que envolvem o contexto de formação do objeto em estudo, pois a história e, conseqüentemente, as fontes produzidas ao longo dela “resultam da ação histórica do homem e, mesmo que não tenham sido produzidas com a intencionalidade de registrar sua vida e o seu mundo, acabam testemunhando o mundo dos homens em suas relações com outros homens” (LOMBARDI, 2004, p.155 apud CASTANHA, 2011, p. 311). Assim percebe-se a relevância do estudo e análise dos discursos dos sujeitos do período envolvidos na construção educacional.

Através dos relatórios dos professores, conhecemos as dificuldades enfrentadas por esses para ministrar suas aulas. Dentre essas dificuldades foram citadas, a falta de importância que os pais davam a escola, retirando os seus filhos dos ambientes escolares para empregá-los nos serviços do campo. Também se evidenciaram a falta de material didático, e lugares adequados para as aulas, o baixo ordenado recebido pelos professores, e a utilização dos seus próprios ordenados para a manutenção.

Considerando os relatórios dos inspetores da instrução na província, percebemos foram são recorrentes as reivindicações dos professores nos discursos dos inspetores. Destacando que o número de alunos era exacerbado para o pouco espaço, ou havia falta de alunos, pois esses estavam auxiliando seus pais nos serviços do campo, e pouca importância davam a instrução. Por esse motivo havia uma ênfase na execução do ensino obrigatório. Também enfatizava-se o método inadequado utilizado pelos professores, que não refletia em bons resultados, o baixo ordenado, e também a falta de valorização do professorado, que interferia na sua aula. Outro fator relevante era a falta de investimento de recursos nesse setor, porém os próprios inspetores ao sugerirem reformas na legislação educacional, compreendiam a falta de recursos para efetivar algumas medidas, e assim sugeriam mudanças com custos menores.

Pelos dos relatórios dos presidentes percebemos as medidas que foram tomadas no sentido de melhorar a educação. Os relatórios destacam que a falta de escolas estava

ligada diretamente ao pouco incentivo dado aos que exerciam a profissão de docente, como baixos salários, falta de escolas adequadas, porém a presidência tinha clareza de que aumentar os ordenados dos professores para deixá-los atrativos, estava fora do alcance dos cofres provinciais. Pelos relatórios também ficou evidente que o número de alunos que frequentavam as aulas estava diretamente ligado a distância da escola, e principalmente a importância que essa tinha na vida familiar da época, que era quase nula.

Através dos relatórios produzidos pelos professores, inspetores e presidentes da província do Paraná, das leis educacionais, dentre outros arquivos podemos compreender as condições da educação do período do 1854-1859. Percebemos que os discursos dos sujeitos partícipes da construção educacional do período eram muito semelhantes. Consideramos que houve diversas tentativas de mudanças na educação no período, e as mudanças propostas partiram das posições defendidas e indicadas pelos professores, inspetores e presidentes, que enfatizavam a necessidade de uma mudança na legislação educacional, para garantir o melhoramento desta. Porém, evidenciamos que poucas mudanças foram realmente efetivadas, especialmente pelo baixo índice de frequência escolar, considerando as longas distâncias entre a escola e a casa dos alunos, a relevância que a escola apresentava em relação à vida dos agricultores, e pela falta de valorização da profissão do docente na época, pelas constantes mudanças de partidos políticos que alternavam a conduta da educação, formulando e reformulando novos regulamentos, sem haver uma estabilidade legal para a instrução. Além disso, não podemos deixar de mencionar a diminuta produção de riquezas, a qual limitava os investimentos financeiros feitos na educação.

Referências

- ANJOS, Juarez José Tuchinski dos; BASBOSA, Etienne Baldez Louzada. *A instrução pública primária na província do Paraná: uma interpretação a partir da atuação do inspetor Joaquim Ignácio Silveira da Mota (1856-1857)*. Revista de História Regional 18(1): 152-177, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- BARBOSA, Etienne Baldez Louzada. *Uma Teia de Ações no Processo de Organização da Inspeção do ensino no Paraná (1854-1883)*. Dissertação de Mestrado. Curitiba-PR: Universidade Federal do Paraná, 2012.
- CASTANHA, André Paulo. *O Ato Adicional de 1834 e a Instrução Elementar no Império: descentralização ou centralização?* São Carlos-SP: Universidade Federal de São Carlos, 2007.p. 309-364.
- CASTANHA, André Paulo. O uso da legislação educacional como fonte: orientações a partir do marxismo. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, número especial, p. 309-331, abr/2011.
- MIGUEL, Maria Elisabeth Black. *Relatórios e ofícios da instrução pública do Paraná Provincial (1854-1869)*. Vitória: SBHE: Virtual Livros, 2013.

- OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. *O ensino primário na Província do Paraná 1853-1889*. Curitiba: Universidade Federal do Oeste do Paraná, 1982. (dissertação de Mestrado). Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/27097/D%20-%20OLIVEIRA,%20MARIA%20CECILIA%20MARINS%20DE.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- PROVÍNCIA do Paraná. *Relatório do presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na abertura dos trabalhos, em 15 de julho de 1854*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1854.
- PROVÍNCIA do Paraná. *Relatório do presidente Zacarias de Góes e Vasconcelos, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na abertura dos trabalhos, em 8 de fevereiro de 1855*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1855.
- PROVÍNCIA do Paraná. *Relatório do vice-presidente Henrique de Beaurepaire Rohan, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na abertura dos trabalhos, em 1º de março de 1856*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1856.
- PROVÍNCIA do Paraná. *Relatório do inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota, apresentado Assembléia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 7 de janeiro de 1857*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1857.
- PROVÍNCIA do Paraná. *Relatório do presidente Francisco Liberato de Mattos, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 7 de janeiro de 1858*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1858.
- PROVÍNCIA do Paraná. *Relatório do presidente Francisco Liberato de Mattos, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 7 de janeiro de 1859*. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1859.